



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

O Papel da Participação dos Cuidadores no Desenvolvimento da Primeira Infância – Estudo das Famílias inseridas no PAIF/CRAS área Lagunar

Sayonara Felismina da Conceição Mendonça

Brasília, 2022



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação - FE
Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – ENDICA / Escola
Nacional de Socioeducação - ENS

O Papel da Participação dos Cuidadores no Desenvolvimento da Primeira Infância Estudo das Famílias inseridas no PAIF/CRAS área Lagunar

**Sayonara Felismina da Conceição
Mendonça**

Trabalho de conclusão do Curso de
Especialização em Garantia dos Direitos e
Política de Cuidados à Criança e ao
Adolescente.

Orientador:

Brasília, 2022

Ata de Avaliação

Resumo

Este artigo se trata de uma proposta de estudo do Curso de Especialização: Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente cujo objetivo é analisar as famílias que participam do Programa Primeira Infância Cidadã no Município de Maceió no ano 2021. Buscou-se conhecer os aspectos que levavam seus cuidadores há não realizarem as atividades propostas pelo programa para o Desenvolvimento Infantil. O desenvolvimento na primeira infância é o formato que a criança tem como crescer e aprender, entretanto, nos seus primeiros anos de vida. Então o PPIC é um programa que proporciona auxiliando a atenção primária da infância através de estímulos no desenvolvimento infantil integral para as crianças de 0 a 6 anos de idade. O cuidador deve ser ressaltado no protagonismo para o desenvolvimento das atividades proposta, reforçando a prática do brincar como sendo de importância para a construção e evolução do aprendizado da criança. O estudo identificou que a maioria das famílias acompanhadas pelo PPIC moram em território identificado como de auto vulnerabilidade social onde não possuem acesso aos mínimos recursos necessários à sua sobrevivência, como alimentação, saúde, moradia e educação gerando desigualdade social. Sendo uma realidade deplorável dessas famílias demonstrando um retrato de questão social, violência e criminalidade e infelizmente naturalizado como normal para elas. Conclui-se que neste estudo os cuidadores desenvolvam as atividades e ampliem a capacidade de interagir e de lidar com as necessidades das crianças, com qualidade no tempo dedicado a criança durante os momentos de atividades (brincar), tornando-se essa experiência um momento divertido, único que farão parte de uma memória afetiva entre o cuidador e a criança.

Palavras-Chaves: Cuidadores, Criança, Desenvolvimento.

SUMÁRIO

Introdução	6
Metodologia	10
Levantamento, Análise e Resultado	14
Conclusão	26
Referências	27

Introdução

Este trabalho se trata de uma proposta de estudo do Curso de Especialização em Garantia dos Direitos e Política de Cuidados à Criança e ao Adolescente cujo objetivo é refletir sobre o atendimento na política de assistência social, tendo como foco o Programa Primeira Infância Cidadã (PPIC), instrumento que tem como parâmetro o desenvolvimento integral da criança, prevenindo e protegendo-a das situações de violações de direitos de criança e adolescente.

Partindo dessas pressuposições, no campo das políticas públicas à proteção dos direitos da infância é importante o respeito à condição peculiar das crianças, que devem ser tratadas com prioridade absoluta no atendimento. Vale ressaltar que o período da vida que corresponde a primeira infância entre 0 e 6 anos, é marcada por mudanças significativas em termos de desenvolvimento humano.

Pode-se considerar que as experiências vivenciadas nesta fase são marcadas por diversas mudanças nos aspectos físicos, cognitivos, emocionais, sociais, dentre outros. É nessa fase da vida que são conjugadas a estes fatores a dependência do ambiente externo, especialmente no que tange aos cuidados dos adultos e a família. Desse modo, essas especificidades requerem uma abordagem multidimensional da infância, conectada com a interdependência dos direitos humanos e sociais (BRASIL, 2019)

Para BRASIL (2019)

A família é reconhecida como a principal mediadora da relação da criança com o meio e a principal facilitadora dos processos de desenvolvimento e proteção nesse período. Nesse diapasão, vale lembrar o princípio da matricialidade sociofamiliar com pilar essencial da atuação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). A família é conceituada como unidade composta por pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade. Independente dos arranjos existentes e configurações, que variam conforme o contexto histórico e cultural, a família representa um lócus de proteção, socialização e referência para seus membros, ao

mesmo tempo em que está sujeita a ocorrências de violências e violações (BRASIL, 2019:02).

Deve-se considerar que quando traz a família como o principal elo de potencial protetivo, a reconhece como um todo, levando em conta os fatores que estão diretamente relacionados aos contextos socioculturais e econômicos em que essas estão inseridas (BRASIL, 2019).

Quando se trata a família em sua totalidade, além de considerar os contextos anteriormente mencionados, coloca-se em pauta também às redes de apoio e pertencimento das quais elas dispõem, bem como a oferta ou ausência de políticas públicas para esses contextos. De forma que a família não seja sobrecarregada e/ou culpabilizada pela situação de vulnerabilidade social que a acomete, e passa a necessitar da proteção do Estado para que não ocorram situações de violação de direitos. Ressaltando que cabe ao Estado a responsabilidade na “provisão de políticas públicas, nas mais diversas áreas, que enfrentem as desigualdades e vulnerabilidades sociais” (BRASIL, 2019).

Pode-se, de forma breve, contextualizar a participação do (SUAS) na primeira infância. Nesse sentido, observa-se que essa reponsabilidade à infância dentro do contexto da Política de Assistência Social decorre de sua descrição na Constituição Federativa do Brasil de 1988, quando prima pela proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, especialmente nas situações de vulnerabilidades, risco social e/ou vivência de eventos/fatos que fragilizam a sua capacidade de proteger seus membros (BRASIL, 2019).

A atenção às famílias com crianças na primeira infância, decorre da atuação do SUAS por meio de ofertas na Proteção Social Básica (PSB) e na Proteção Social Especial (PSE) as quais estabelecem os serviços essenciais a este público no atendimento e no propósito de cada um deles (BRASIL, 2019). Assim a atenção a primeira infância deve partir da necessidade da integralidade de atendimento desde à maternidade. Sendo primordial a integração das políticas públicas para que a prioridade seja garantida e as crianças tenham seus direitos respeitados.

Segundo Brasil (2019)

As ofertas do SUAS são orientadas pela diretriz da matricialidade sociofamiliar, que supõe identificar e reconhecer as necessidades e direitos do núcleo familiar e as especificidades e singularidades de seus membros, inclusive aqueles pertinentes a cada ciclo de vida. A partir dessa diretriz, as famílias são consideradas na sua diversidade, o que inclui formas de organização e singularidades de vínculos interpessoais e sociais (BRASIL, 2019:05).

Assim é criado, a partir das diretrizes do SUAS, o PCF que em foco na primeira infância como objeto de intervenção. É preciso deixar claro que atualmente a denominação do referido programa mudou, sendo agora denominado o (PPIC).

O PPIC é um programa do Governo Federal que foi instituído por meio do Decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016, tendo como fundamento a Lei nº 13.257, que trata do marco legal da Primeira Infância. Este documento retrata a primeira infância como o período que abrange os seis primeiros anos completos, ou seja, os 72 meses de vida da criança.

De acordo com Brasil (2019)

O eixo central de atuação do Programa são as visitas domiciliares, que tem a finalidade de apoiar e acompanhar o desenvolvimento integral de crianças na primeira infância¹ e apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais. Além disso, visa colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação das crianças atendidas. Tais elementos encontram retaguarda, igualmente, na oferta de serviços socioassistenciais, que ao contribuir para o fortalecimento da capacidade protetiva das famílias, permitem alçar o público do Programa à condição de prioridade absoluta determinada pelo marco legal vigente no País (BRASIL, 2019:07).

Nesse sentido, o referido programa tem caráter intersetorial, por envolver em sua configuração várias políticas públicas, tais como: saúde, assistência social e educação. Tendo como finalidade promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida a partir da perspectiva de uma atuação integrada do SUAS ao PPIC, esta deve contribuir para:

Incentivar e qualificar a oferta de serviços e benefícios socioassistenciais, nos diversos níveis de complexidade, potencializando a capacidade de atenção e apoio para famílias com crianças na primeira infância; Qualificar a rede de serviços de acolhimento, priorizando-se o acolhimento em famílias acolhedoras, em razão das especificidades da primeira infância e de recomendações internacionais acerca do atendimento de crianças de até 3 anos de idade afastadas do convívio familiar; Fortalecer a intersetorialidade nos territórios, por meio da articulação e integração das políticas públicas setoriais, considerando a referência do CRAS nos territórios, de modo a tornar possível o acesso planejado das famílias às diferentes ofertas existentes no território; Mobilizar e capacitar de maneira permanente e compartilhada os diversos profissionais que atuam com o público em questão, o que inclui a articulação entre os diversos entes federados, a disseminação de informações, orientações e organização e participação em eventos conjuntos para essa integração (BRASIL, 2019).

A efetivação da intersetorialidade neste programa tem como pressuposto o desenvolvimento do trabalho em rede com as políticas públicas, que devem formalizar, uma agenda articulada para atendimento no âmbito local. Nesse sentido, o Comitê Gestor Intersetorial Municipal do PPIC é o instrumento imprescindível para a implementação das ações. A intersetorialidade na prática cotidiana deve abranger o planejamento, desenvolvimento e monitoramento das ações, bem como os encaminhamentos realizados.

Assim o PPIC, tal como colocado anteriormente, agrega as políticas públicas, as quais pode-se destacar: assistência social, educação, cultura, saúde, direitos humanos, proteção à criança e adolescente, entre outras. Tendo sua coordenação na Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, do Ministério da Cidadania.

Partindo dessas pressuposições, as ações intersetoriais favorecem o alargamento e a flexibilização dos conhecimentos, disponibilizando-os em novos horizontes de saber diante das demandas apresentadas no cotidiano dos profissionais que lidam com questões referente a primeira infância. Sendo o trabalho intersetorial o eixo norteador da reorganização dos diversos objetos de estudo e de reformulação das estruturas, possibilitando a compreensão mais abrangente da realidade em que os usuários estão inseridos no referido programa.

Desse modo, o interesse em desenvolver essa pesquisa surgiu a partir da experiência profissional como visitadora do PPIC do Município de Maceió/AL, no qual tive a experiência de trabalhar com 30 famílias, tendo a oportunidade de conhecê-las em sua realidade, considerando, durante os atendimentos e visitas in loco, o contexto socioeconômico e familiar. Atualmente, o PPIC vem sendo executado por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). O local em que se deu a realização da pesquisa foi no CRAS da Orla Lagunar, que está localizado na Rua Arquimelo Barbosa, Prado, Maceió /AL.

As ações desenvolvidas no âmbito deste CRAS no referido programa são coordenadas pela equipe de referência e executadas pelos técnicos (assistentes sociais e psicólogos) e visitadores sociais (profissionais de nível médio) e vão desde atendimentos sociais, psicológicos, e multiprofissional de caráter individual, familiar e/ou grupo até palestras, oficinas educativas, encaminhamentos, visitas e atendimentos domiciliares na urbana. A equipe ainda articula as instituições para o estabelecimento do trabalho intersetorial com os serviços socioassistenciais e demais políticas públicas.

No município de Maceió/AL, o PPIC implantado no ano de 2019 inicialmente tinha por objetivo atender cerca de 1.500 famílias em três CRAS. Como pode-se observar, o programa passou a fazer parte das atividades da Política de Assistência Social recentemente, se compararmos aos demais serviços que já vinham sendo executados. Isso significa que o CRAS utiliza de estratégias para mobilização e divulgação do Programa junto às famílias, criando novas estratégias para incentivar a participação.

Diante deste contexto, está pesquisa apresenta o objetivo geral de compreender o papel da participação dos cuidadores no desenvolvimento da primeira infância. Especificamente pretende-se identificar as formas de intervenção dos profissionais do PPIC, bem como relacionar o PPIC com a política de assistência social no serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) do CRAS Área Lagunar.

Metodologia

O material aqui apresentado trata-se da sistematização do estudo de caso realizado com a amostra de 30 famílias acompanhadas pelo PPIC visando identificar a dimensão do desenvolvimento infantil. Essas famílias estão inseridas no CRAS Área Lagunar do município de Maceió /AL para acompanhamento socioassistencial.

A pesquisa de campo foi realizada em outubro de 2021 com as famílias inseridas no programa, bem como a partir de observações. Nos relatórios de acompanhamento redigidas pelos profissionais (visitadores e equipe técnica) do referido centro, procurando refletir sobre as estratégias que viabilizem o processo interventivo, procurando promover o desenvolvimento humano e infantil, pelo apoio a família, fortalecendo os vínculos e o papel de cada um para se garantir os direitos fundamentais das crianças que se encontram na primeira infância.

A partir das observações foi possível identificar as formas pelas quais é promovido o desenvolvimento das habilidades e potencialidades das crianças, nessa fase da primeira infância, considerando a família como agente de proteção, propiciando a segurança e o cuidado. Ressaltando que cabe aos profissionais do programa informar sobre a rede de atendimento, quando necessário, realizando os devidos encaminhamentos, de modo a fortalecer a proteção e o cuidado, viabilizando serviços que garantam os direitos a assistência social, a saúde, a cultura, entre outros.

Tratando-se, assim, a pesquisa a partir do método de estudo de caso que consiste, geralmente, em uma forma de aprofundar uma unidade individual, servindo para responder questionamentos, contribuindo para a melhor compreensão dos fenômenos individuais estudados nos processos organizacionais e/ou políticos da sociedade (OLIVEIRA, 2005).

O estudo de caso trata-se, portanto, de uma ferramenta utilizada para entendermos a forma e os motivos que levaram a determinada decisão, correspondendo comentando: uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados (OLIVEIRA, 2005).

Partindo dessas pressuposições, o estudo de caso trata-se de um método de pesquisa que permite o aprofundamento do conhecimento sobre um assunto específico. Geralmente, utiliza-se de dados qualitativos, coletados a partir de situações reais, tendo por finalidade explicar, explorar e/ou descrever fenômenos atuais inseridos no contexto. O estudo de caso deve oferecer subsídios para novas investigações de uma mesma temática.

De acordo com Oliveira (2005)

Este método é útil quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo e não pode ser estudado fora do contexto onde ocorre naturalmente. Ele é um estudo empírico que busca determinar ou testar uma teoria, e tem como uma das fontes de informações mais importantes, as entrevistas. Através delas o entrevistado vai expressar sua opinião sobre determinado assunto, utilizando suas próprias interpretações (OLIVEIRA, 2005:01).

Para tanto, a metodologia reflexiva auxiliou nessa análise, por caracterizar-se pela interpretação e pela reflexão cuidadosa do pesquisador, uma vez que "o conhecimento não pode ser separado daquele que conhece" (VERGARA, 2005). Desse modo, a metodologia utilizada no estudo de caso tem por objetivo obter resultados mais efetivos para investigar novos conceitos, bem como verificar como são aplicados e utilizados na prática elementos de uma teoria.

Dentre os diversos instrumentos utilizados no estudo de caso: foi elencado um questionário para o desenvolvimento da pesquisa, sendo esta direcionada a partir dos objetivos que foram elucidados no decorrer da sistematização dos dados. O questionário permitiu o aprofundamento e a riqueza das informações, sendo estruturada a partir de um formulário com perguntas semiaberto.

Ainda segundo Lakatos, o questionário como coleta de dados sobre um determinado fenômeno é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Por meio dela os pesquisadores buscam coletar dados objetivos e subjetivos. Considera-se a entrevista como uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas. (LAKATOS, 2017).

A principal característica da pesquisa documental é tomar como fonte

de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ter sido feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois. Os documentos podem ser classificados utilizando três variáveis: fontes escritas ou não; fontes primárias ou secundárias; contemporâneas ou retrospectivas (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Outro ponto que merece ser explanado referente à metodologia da pesquisa é a análise dos dados de um estudo de caso. Essa análise é uma etapa essencial para a pesquisa, visando assim sua compreensão e síntese dos dados, verificando e delineando as proposições e conclusão da pesquisa. Nesse sentido, quanto à abordagem do problema, esta pesquisa foi qualitativa, dado que buscar explicar os porquês da problemática levantada. Nessa direção, a pesquisa foi realizada pela modalidade exploratória com a finalidade de se obter uma maior familiaridade sobre o tema investigado.

E com relação aos procedimentos técnicos, partimos do ponto de vista documental, por meio do levantamento de fontes para constituir o estudo do referencial teórico em livros, revistas, sites, entre outros que façam referência a essa temática. Em seguida foram feitos relatórios e/ou fichamentos do material elencado para melhor entendimento do conteúdo e articulação entre a proposta de pesquisa, os objetivos para elucidação do objeto de investigação.

Para a pesquisa realizada *in loco* foi elencada a amostragem de 30 famílias que participam do PPIC, em que foi elaborado um questionário com 10 perguntas semiabertas. A coleta de dados ocorreu no sentido de complementar as informações pesquisadas no estudo bibliográfico, levando os profissionais a reflexão acerca de sua prática e o que ela proporciona as famílias.

Especificamente, as questões foram estruturadas a respeito da Dimensão do Desenvolvimento Infantil e sua funcionalidade para o desenvolvimento das crianças e gestantes atendidas pelo programa. Desse modo, enumeramos as famílias para que não fossem identificadas diante de suas respostas, já que durante a pesquisa de campo, procurou-se garantir o

anonimato das famílias que participaram do questionário.

Levantamento, Análise e Resultado

1. Centro de Referência de Assistência Social -

A Assistência Social, enquanto política pública não contributiva, orienta-se pelos direitos de cidadania, tendo como funções a vigilância socioassistencial e a proteção social. Em seu bojo o SUAS. A implementação do PPIC está em estreita articulação com a Política de Assistência Social, vinculada ao SUAS. O CRAS é a unidade que oferta um conjunto de serviços socioassistenciais e faz a gestão territorial da Proteção Social Básica, portanto, tem um papel mobilizador e articulador muito importante nos territórios, o que favorece o acesso das famílias ao SUAS.

O CRAS é uma das portas de entrada da assistência social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de assistência social, com o objetivo de fortalecer a convivência familiar e comunitária.

Como as ações do PPIC são desenvolvidas por profissionais lotados nos CRAS, muitas das famílias, público-alvo, já estão inseridas nesse equipamento por estarem em situação de vulnerabilidade social e, conseqüentemente, incluídas nos programas de transferência de renda Bolsa Família (PBF) ou Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Antecedendo o processo de visita domiciliar propriamente dito, é necessário que seja realizado um levantamento prévio dos bairros e das comunidades (dentro do território) que tenham famílias com o perfil estipulado. A disposição da família em se incorporar ao programa dependerá, em grande parte, da conscientização desta sobre a importância do mesmo e dos benefícios que a família terá em estar inserida nas atividades propostas pelos visitantes e das possibilidades de sua realização.

1.1 A acolhida das famílias

A acolhida das famílias é o primeiro momento de encontro presencial da equipe do programa com a família. Nessa oportunidade são repassadas as informações sobre o PPIC, seus objetivos, funcionamento, formas de inserção e convite para a adesão às ações do programa.

O primeiro contato da família com o visitador é a porta de entrada para o programa. Essa acolhida pode ser realizada também em grupo ou em outro tipo de ação coletiva. Essa atividade pode ser desenvolvida pelos supervisores ou pela equipe do serviço de PAIF, com a participação dos profissionais que atuarão nas visitas domiciliares.

O PPIC tem, como público prioritário, as gestantes, crianças de até três anos e suas famílias beneficiárias do PBF, crianças de até seis anos e suas famílias beneficiárias do BPC, crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medidas protetiva previstas no Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA).

Para poder fazer parte do PPIC, a família precisa estar cadastrada no Cadastro Único (CAD ÚNICO) devendo entender que a adesão é voluntária e que não implica em qualquer prejuízo no recebimento dos benefícios, caso não aceite participar do PPIC.

A acolhida das famílias no território é um passo importante para informar sobre o PPIC e para sensibilizá-las visando ao acesso às visitas domiciliares. É fundamental cuidar para que o atendimento seja planejado, organizado e pautado por uma postura receptiva e atenciosa dos profissionais, e que as informações sejam repassadas de forma clara e em linguagem acessível para que as famílias se sintam livres e confortáveis para aderir ou não as ações do programa e se sintam esclarecidas quanto ao cunho não fiscalizatório e não invasivo das visitas domiciliares.

As visitas domiciliares são efetivas para fortalecer os vínculos e as competências da família para o cuidado das crianças e promover o desenvolvimento infantil. Elas compreendem uma ação planejada e sistemática, com metodologia específica, conforme orientações técnicas, para atenção e apoio à família, o fortalecimento de vínculos e o estímulo ao desenvolvimento infantil. Desse modo, as visitas domiciliares no PPIC assumem, então, as perspectivas da prevenção, da proteção e da promoção do desenvolvimento infantil na primeira infância.

1.2. As Visitas Domiciliares

Antes de dar início às visitas domiciliares, os profissionais responsáveis pelo PPIC devem observar a localização da moradia das famílias e, sendo possível, definir o número de famílias por visitantes, considerando a proximidade das moradias, para facilitar e potencializar os deslocamentos. Também podem observar a proximidade com a moradia do visitante, se essa questão for considerada a mais oportuna e adequada na relação visitante – família.

A metodologia utilizada para a realização das visitas domiciliares expressa a importância do cuidado e do vínculo da criança com seus pais/cuidadores para seu desenvolvimento. A família precisa ser valorizada enquanto protagonista e apoiada em sua autonomia.

Nesse sentido, precisamos compreender que cada período do desenvolvimento infantil é acompanhado de características específicas que irão orientar o planejamento das atividades sugeridas às famílias durante a visita domiciliar. Lembrando, também, que cada criança possui suas singularidades no desenvolvimento.

Entretanto, antes de entrarmos na caracterização dos períodos de vida das crianças, bem como quais atividades podem ser realizadas, respeitando os limites de cada período, é importante entender que o desenvolvimento da criança pode ser compreendido a partir de quatro dimensões, as quais irão orientar a realização do diagnóstico inicial e as avaliações realizadas durante todo o acompanhamento da família.

As dimensões as quais estamos nos referindo correspondem à linguagem, motricidade, dimensão socioafetiva e cognitiva. Cada dimensão, além de possuir características específicas, nos permite observar algumas particularidades.

O visitante será recebido na casa da família e, de forma afetuosa e acolhedora, realizará a escuta dos relatos da semana feitos pela mãe/pai ou outro cuidador, as demandas da família devem ser observadas, bem como seu acesso à rede de serviços.

Nesse primeiro momento, o visitador deve fazer a retomada da atividade deixada na semana anterior e, durante a conversa com a família, devem ser levantados os ganhos da criança, as dificuldades encontradas pelos pais/cuidadores e da própria criança na realização da atividade e, ainda, como foi a realização da atividade prevista para semana anterior.

Após a retomada da atividade deixada, o visitador orienta a família sobre a atividade do dia. De forma clara e precisa é feita a explicação dos objetivos do planejamento, buscando sempre esclarecer para a família que esta atividade está sendo proposta conforme as características da faixa etária a qual a criança se encontra.

A primeira infância compreende desde a gestação até os seis anos; a parte fundamental do desenvolvimento e aprendizagem de uma criança ocorre durante o tempo em que ele interage com membros da família, e através dos experimentos no seu habitat. As diferentes experiências a que a criança é exposta, simultaneamente às informações que ela coleta ao seu entorno, formam as bases necessárias de seu entendimento sobre o mundo.

O Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI) refere-se à forma como uma criança cresce e aprende durante os primeiros anos da sua vida. É marcado por um padrão de mudanças que ocorrem à medida que a criança desenvolve a capacidade de ter um pensamento mais complexo e sofisticado e a capacidade de raciocínio, de comunicar mais claramente, de se movimentar mais livremente e aprender a ser social e a controlar as suas emoções. As crianças que vivem em ambientes saudáveis e seguros têm maior probabilidade de alcançar o seu potencial de desenvolvimento, alcançando níveis excelentes de desenvolvimento físico, cognitivo, linguístico e socioemocional.

1.3. O Programa Primeira Infância Cidadã

Com a divulgação das metas do milênio da Organização das Nações Unidas (ONU) e o compromisso do Brasil no cumprimento delas, a infância passa a ser um dos eixos norteadores das políticas públicas. Do ponto de vista legal destaca-se o Marco Legal da Primeira Infância, cujo conteúdo fortalece e

reestrutura aspectos do ECA. Na esfera institucional é visível a articulação entre o poder legislativo e executivo, como a Frente Parlamentar pela Primeira Infância, por exemplo.

Diante desse contexto a criação do PCF, proporciona a oportunidade de auxiliar na atenção a primeira infância através do estímulo ao desenvolvimento infantil integral, para crianças até seis anos de idade, trabalhando o fortalecimento de vínculos familiares, e o exercício da parentalidade, além de prevenir a ocorrência de situações de exclusão e riscos sociais.

Por ser um programa intersetorial vários desafios surgem principalmente considerando que desenvolver políticas e programas sociais para a primeira infância não é tarefa fácil em um território marcado por diversidades culturais, sociais e econômicas.

Mesmo, diante dos altos índices de violência, vulnerabilidade social e de exploração a que estão submetidas às crianças, especialmente as mais pobres, desenvolver estratégias capazes de reverter esse quadro é de suma importância e é nesse processo que a Política de Assistência Social é convidada a participar juntamente com a Educação, Saúde, Cultura, Direitos Humanos, entres outros, na articulação de estratégias capazes de rever esse quadro.

Os objetivos PPIC são: promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento integral da criança na primeira infância; apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade; mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e de suas famílias às políticas e serviços públicos de que necessitem; integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias.

Sabemos que os seres humanos são dependentes desde seu nascimento. Sendo seres totalmente relacionais, necessitando do outro para interagir e aprender sobre o funcionamento do ambiente onde vive. A aprendizagem se dá desde a gestação, os primeiros chutes, o som da voz da mãe, o primeiro contato do cuidador com o bebê, o primeiro olhar, o toque e o sorriso. Dessa forma o cuidador tem o papel de conduzir esse processo de descobertas e aprendizagem para seu desenvolvimento integral como suas relações afetivas e sociais da criança.

Segundo Anton (2018), vivenciar relações de apego saudáveis que, a um só tempo, ligam, protegem e libertam confere a certeza de que, no mundo, existem pessoas confiáveis e que é perfeitamente viável amar e ser amado. Sendo assim, mostra mais uma vez o quanto este cuidador é importante no desenvolvimento da sua criança (ANTON, 2018).

O PPIC tem foco no desenvolvimento infantil e no fortalecimento do vínculo da criança com seu cuidador, trabalhando métodos específicos nos cuidados para o desenvolvimento da criança (CDC), que utiliza estratégias acessíveis à realidade de cada família, observando e promovendo a interação entre o cuidador e a criança.

2. Ações do Programa Primeira Infância

A dimensão do desenvolvimento infantil é um instrumento essencial para o planejamento, o desenvolvimento e o monitoramento das ações e os encaminhamentos, sendo inserida nas políticas públicas de modo que eleve o nível dos serviços prestados à família. Isso deve-se ao fato de que o trabalho dos profissionais que acompanhar essa demanda tem a capacidade de expor com clareza os ângulos particulares, sem deixar de lado as atribuições e competências de cada profissional.

Ao realizar um trabalho na perspectiva interdisciplinar, cada profissional pode colaborar, a partir do compartilhamento dos conhecimentos e saberes desenvolvidos e acumulados pelas suas áreas de atuação, realizando o acompanhamento da família como um todo, sob vários olhares e não apenas o do visitador social. Proporcionado espaços que se articulem a

troca de saberes e experiência na prática profissional para atender as famílias com qualidade e eficácia.

A proposta de trabalho no CRAS, segundo o estudo realizado a partir das observações e opiniões fornecidas pelas famílias no decorrer da pesquisa, deve atender ao fato de que executar o trabalho no âmbito do Programa Primeiro Infância Cidadã não é uma tarefa fácil, mas sim necessária e essencial para o processo interventivo, uma vez que é por meio da prática interdisciplinar que se propõe o diálogo entre as profissões para se decidir quanto o acompanhamento, encaminhamentos e/ou construção de planos de ação com as famílias atendidas no CRAS.

Diante disso, o visitador enquanto uma profissão de caráter interventivo, não se limita a conhecer as necessidades, mas age para enfrentá-las por meio de estratégias, procedimentos, instrumentos e técnicas, a partir de uma prática teórico-metodológica, ético-política, política-pedagógica e técnico-operativa. A utilização destes instrumentos e metodologias, permite que o/a visitador identifique as demandas e encontre a melhor estratégia para responder as necessidades das famílias acompanhadas pelo programa.

Segundo Brasil (2019)

Os profissionais organizam a atenção às famílias em duas modalidades: 1. Atendimento: voltado à atenção das famílias cuja situação não apresenta a iminência de agravos em relação a riscos sociais, violência intrafamiliar ou violação de direitos; 2. Acompanhamento familiar: voltado às famílias que vivenciam condições particulares de vulnerabilidade sociais, propensas ou na iminência de desencadear situações de riscos, violação de direitos ou agravos que comprometam a qualidade de suas relações ou de vida de seus membros. O acompanhamento familiar pressupõe um Plano de Acompanhamento Familiar combinado com a família (BRASIL, 2019:18).

A primeira infância é uma etapa do desenvolvimento humano marcada por importantes aquisições físicas, cognitivas, emocionais e sociais. É também marcado pela imaturidade e vulnerabilidade da criança e por sua condição peculiar de dependência do ambiente e de cuidados de outras pessoas. Sendo esse um processo dinâmico e permanente, o desenvolvimento humano está

permeado pelas relações sociais, econômicas e culturais, bem como pelo contexto territorial existente.

A pesquisa de campo realizada *in loco* com 30 famílias que participam do PPIC no CRAS do município de Maceió/AL teve como finalidade compreender o papel da participação dos cuidadores no desenvolvimento da primeira infância. Como descrito, as estimulações realizadas através do brincar ajudam a melhorar a responsividade dos cuidadores nas brincadeiras e o desenvolvimento das crianças. As responsabilidades dos cuidadores da criança podem ocorrer por meio do tom de voz tranquilo, um sorriso, um acompanhamento visual de estímulos, uma regulação do choro de forma tranquila, o atendimento da necessidade de sono, que tal como colocado Na Figura I a seguir, referente às ações realizadas pelos profissionais do PPIC.

Os temas apresentados pelos visitantes sociais às famílias devem serem adequadas a faixa etária das crianças, tendo como exemplo de temas: motricidade, cognição, socioafetividade e linguagem. No que se refere ao momento de sensibilização, cabe a cada profissional (visitador social) convidar as famílias que vem acompanhando durante o ano, de modo que 80% das famílias inseridas no PPIC comparecessem as atividades *in loco*.

Para organização das atividades, foram necessários que os profissionais do PPIC selecionaram o conteúdo das palestras (referencial teórico); escolheram as dinâmicas de grupo e brincadeiras a serem aplicadas no evento. Ressaltando que devem priorizar no material a escolha de materiais reaproveitados, tais como sucatas, recicláveis e/ou objetos existentes na residência.

Assim para que as atividades tenham êxito foi preciso priorizar transporte para as famílias comparecerem as atividades, sendo necessário contatos institucionais, pois algumas famílias não residem no entorno do CRAS, precisando assim de meios para sua locomoção.

2.1. PPIC e a Política de Assistência Social no CRAS

O CRAS é uma unidade pública, de referência local ou regional, que presta serviços especializados e continuados á indivíduos e famílias com

seus direitos violados, visando à atuação com as famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, fortalecendo vínculos.

O PAIF é um dos serviços ofertado no CRAS e consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de qualidade de vida. Trabalhando questões relativas à primeira infância, a adolescência, à juventude, ao envelhecimento e a deficiências a fim de promover espaços para troca de experiências e reconhecimento de possibilidades.

As mudanças conjunturais nas famílias, como por exemplo: as uniões homoafetivas, guardam compartilhados, filhos legítimos e ilegítimos, desemprego e doenças, são alguns dos pontos a serem trabalhados pelos profissionais que atuam nos centros de referências e que devem sempre respeitar a heterogeneidade dos arranjos familiares, lembrando que a matricialidade sociofamiliar é um dos principais conceitos da política de assistência.

O SUAS, por ser é um sistema não contributivo, descentralizado e participativo tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. Configura-se como o novo reordenamento da Política de Assistência Social na perspectiva de promover maior efetividade de suas ações.

Os serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social são reorganizados por níveis de proteção, que são: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Todos os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e

definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes, têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. O SUAS possui uma lógica de criar e coordenar uma rede unificada, padronizada de serviços contínuos, por tempo indeterminado e fornecer os pilares para a ação em direção a lógica do direito e não do favor.

Segundo Yasbek (2004)

A Política de Assistência Social na vida dos cidadãos é condição igualmente importante em função da escassez de conhecimento e dados referentes à população que recorre a Assistência Social para satisfazer suas demandas histórica e socialmente produzidas, pois “trata-se de uma população destituída de poder, trabalho, informação, direitos, oportunidades e esperanças” (YASBEK, 2004:22) (grifo do autor).

No ECA (Lei 8.069/1990) está prevista a proteção integral com a oferta de diversas políticas que garantem os direitos de crianças e adolescentes, no qual a primeira infância está incluída. Tais políticas são efetivadas a partir de diferentes equipamentos da rede de proteção social, existentes nos territórios e nos campos da assistência social, saúde, cultura, educação e direitos humanos.

Imagem 01: Atividades realizadas com as famílias do PPIC no CRAS Orla Lagunar – Maceió/AL



Fonte: Acervo CRAS Orla Lagunar

Observou-se que, na comemoração do aniversário de dois anos do programa PPIC, as famílias se sentiram à vontade e participaram das brincadeiras propostas como: brincadeiras que estimula-se a motricidade, socioafetividade, linguagem e a cognição da criança e a palestra tinha como o tema a Importância da Criança ser Estimada pelo seu Cuidador. Realizamos brincadeiras ilustrativas com os cuidadores, crianças e visitantes.

A proposta de interação foi bem aceita pelas famílias. Acerca da percepção dos participantes, o cuidador da família 1 indicou que:

O PPIC trouxe diversas sensações esquecidas no cuidado com o filhos, pois temos diversas responsabilidades, seja no trabalho dentro e/ou fora de casa, ou pelas complicações do dia-a-dia e esquecemos de estar com nossos filhos por inteiro. Esse programa vem mostrar o quanto é maravilhoso esse momento com nossos filhos, a importância do brincar, de construir com eles uma nova relação mãe e filho (CUIDADOR FAMÍLIA 01).

Nessa comemoração abordamos a importância do brincar, pois, a criança adquire habilidades para se tornar capaz de aprender e ativar seu desenvolvimento. O brincar tem o papel decisivo nas relações entre criança e adultos, entre as próprias crianças e delas com o meio ambiente.

A segunda família registrou que “as ações do Programa em nossa casa envolve toda a família, pois dentro de casa não existe só a mãe e a criança, todos participam das atividades, melhorando o relacionamento dentro da família”.

O cuidado da família 03 coloca que

apesar das dificuldades em nossas condições financeiras, a gente passa a perceber um novo sentido na relação com os membros da família, e tenta fazer com que as coisas melhorem. Se a gente não conseguiu uma boa infância, mesmo com as dificuldades, o desentendimento na família tem que tentar fazer o melhor por nossas crianças. É difícil, mas não impossível, e esses momentos com os profissionais do programa faz esquecer um pouco a nossa carga de serviços (CUIDADOR DA FAMÍLIA 03).

O cuidador 04 coloca que

Quando pequena passei pela situação de trabalho infantil, pedia esmolas pelas ruas da cidade, desde dos 03 anos, levando sol e chuva, não tive infância e esse programa me

ajuda a tentar fazer com que meus filhos fiquem mais protegidos, tenham infância, descobrindo a importância do brincar (CUIDADOR DA FAMÍLIA 04)

No que se refere o cuidador 05 relata que

As dificuldades financeiras e a necessidade de buscar algo para sustentar nossos filhos, muitas vezes impede esse momento de brincar. A gente sabe que é importante, mas antes do programa não via essa necessidade, queria sim desde cedo chamar as crianças para a responsabilidade. Hoje eu consigo um pouco valorizar esse brincar e tento ter um relacionamento diferente com meu filho dando mais atenção a ele (CUIDADOR DA FAMÍLIA 05).

Infelizmente as crianças que vivem em situações vulneráveis ficam muito mais expostas às situações de risco que as impedem de participar e de desfrutar dos direitos contidos no brincar. Sabemos que cada família tem sua organização, sua cultura e experiências, dessa forma é necessário conhecer e respeitar suas histórias, suas músicas, brincadeiras e jogos que fazem parte das trajetórias das famílias.

Outro ponto que abordamos no estudo, se refere as atividades realizadas na sede do CRAS direcionadas as famílias. Para melhor visualização do passo a passo, as ações foram esboçadas no quadro a seguir:

Quadro 01: Cronogramd de Atividades

Primeiro Momento	Segundo Momento	Terceiro Momento	Quarto Momento
Divisão da Equipe de Visitadores Sociais pelas temáticas propostas.	Sensibilização das famílias para participação das atividades in loco;	Organização do material para o desenvolvimento das atividades com as famílias e crianças.	Agendamento de transporte para locomoção das famílias para a sede do CRAS.

2.2. Análise dos Resultados

A primeira infância é a base para todas as aprendizagens humanas. Sendo demonstrando esse fato através de estudos demonstram a qualidade de

vida de uma criança entre o nascimento e os seis anos de idade pode determinar em grande parte a sua contribuição para a sociedade na sua vida adulta. É este o ponto de partida para a construção do laço familiar, de um desenvolvimento harmonioso consigo próprio e com os outros, de uma vida escolar bem sucedida e do fortalecimento das relações sociais, o que proporcionando a formação de um adulto mais preparado para lidar com os desafios do cotidiano.

A infância não fica só na infância e é preciso pensar em que tipo de sujeitos quer deixar para o mundo. Chokler (2017) nos reitera que é o questionamento que faz crescer, que é a surpresa ante o descobrimento que amadurece, mas que isso somente irá acontecer se a criança estiver amparada emocional, social e cognitivamente.

Se os cuidadores tomarem consciência que o brincar traz leveza, alegria e prazer para as crianças, pois, o brincar envolve a capacidade de criatividade, de exploração do meio, a capacidade de cooperação, de autocontrole, de autoconfiança. Não é necessário ter brinquedos para estimular a criança basta ter o cuidador oferecer as crianças situações onde ela possa interagir e conhecer o mundo, o meio onde vive.

O PPIC veio valorizar os vínculos familiares e enaltecer a primeira infância, como parte essencial dos princípios e diretrizes das políticas públicas, tratando os benefícios para a nossa sociedade, em atenção ao desenvolvimento humano.

Conclusão

O PPIC é uma ferramenta essencial para fortalecer o vínculo da criança com seu cuidador e a capacidade protetiva que ele possui. O cuidador é estimulado a realizar as atividades propostas do programa para o desenvolvimento infantil.

O brincar, está relacionando com a forma da criança participar e familiarizar com as pessoas e o mundo, possibilitando a aprendizagem e a exploração das experiências que estão ao seu redor. O cuidador possui um papel de guiar esse processo de conquistas e conhecimentos, tanto para o desenvolvimento integral de sua criança como suas relações socioafetivas.

Desde modo, o cuidador é responsável por prover as necessidades básicas da criança, mas também possui a oportunidade de ir além delas quando participa desta fantástica fase que é a primeira infância por meio do brincar.

Neste trabalho, foi demonstrada a importância do evento realizado para as famílias do PPIC. Os cuidadores tomaram consciência que podem e devem participar da brincadeira, verificando que seu envolvimento não só estreita os laços afetivos com a criança como também aumenta o seu nível de interesse e motivação. Quando o cuidador participar na interação tem oportunidade de conter e ajudar a criança na elaboração das inquietações que surgirem durante a brincadeira, bem como enriquecer e estimular a imaginação da criança, despertando-lhe ideias e questionando-a para a descoberta de soluções.

Então as famílias que participaram do evento saíram com outro pensamento em relação às atividades que o programa promove para suas crianças a brincadeira é muito importante para o desenvolvimento infantil, então o papel do cuidador é estimular e participar de forma ativa.

Referências

Brasil. Criança Feliz: guia para visita domiciliar. – 2ª versão. -- Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, 2017.

_____. Manual do Visitador: cartilha / Ministério da Cidadania. 1. ed.- Brasília: Ministério da Cidadania, 2021.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social - Resoluções nº 19 e nº 20/2016, que dispõem sobre a participação do SUAS no Programa Criança Feliz. Decreto nº 8.869/2016 – Programa Criança Feliz.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal. nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Leinº13.257/2016.

_____. Marco Legal da Primeira Infância,2016.

_____. Programa Criança Feliz e a intersetorialidade na Visita Domiciliar. Brasília, 2017.

_____. Participação do SUAS no Programa Criança Feliz. Brasília, 2017.

_____. Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. – 1. ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

_____. SUAS e Programa Criança Feliz - atuação integrada. MDS. Brasília. 2019.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M.A. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

OLIVEIRA, E. Estudo de Caso. Info Escola, 2005. Disponível em <https://www.infoescola.com/sociedade/estudo-de-caso/> acesso em: 27/01/2022.

SEADES. MÉTODOS CDC EM TODOS OS TEMPOS – Pensando a Execução do Programa Criança Feliz em Alagoas. Maceió, 2019.

A importância do brincar no desenvolvimento ... - Psicologia.pt
[https://www.psicologia.pt › artigos › ver_opiniao › a-i...](https://www.psicologia.pt/artigos/ver_opiniao/a-i...) acesso em: 16 de jun. de 2016.

A importância do brincar no desenvolvimento infantil disponível em:
[https://jornadaedu.com.br › a-importancia-do-brincar](https://jornadaedu.com.br/a-importancia-do-brincar) acesso em: 1 de fev. de 2021